



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo IV

A Atuação Política dos Socialistas

Aula 3

Os Socialistas e o Desafio do Desenvolvimento Brasileiro

Os Socialistas e o Desafio do Desenvolvimento Brasileiro

*Alexandre de Freitas Barbosa*¹

Depois de abordar diversos temas como ética e democracia, as instituições e o pensamento político brasileiro, a formação histórica do capitalismo, os conceitos de subdesenvolvimento e imperialismo, a evolução da economia brasileira, as várias visões do socialismo historicamente e nos dias de hoje e a atuação dos socialistas na luta pelos direitos humanos, sociais e do trabalho, bem como a sua atuação no plano internacional, é chegada a hora de esmiuçar os desafios que temos pela frente ao encarar o problema do desenvolvimento no Brasil.

Este texto, ao invés de dar respostas ou de apontar receitas, procura abordar cinco dimensões da vida coletiva que devem ser compreendidas de forma crítica, antes de se formular uma estratégia transformadora para o Brasil de hoje. São elas: a situação macroeconômica do país, os dilemas de nossa inserção externa, a dívida social, a questão das desigualdades regionais e os impasses da política e do Estado Nacional.

¹ O autor é Mestre em História Econômica pela USP e Doutor em Economia Aplicada pela UNICAMP.



De um lado, não estamos falando de problemas recentes, já que eles nos acompanham desde a colônia, passando pela nação independente e pelo período de industrialização. Mas também é verdade que hoje eles aparecem, de forma ainda mais aguçada, e sob novas facetas.

Ou seja, as nossas desigualdades internas e a nossa inserção externa passiva são ambas derivadas de um processo de acúmulo histórico, onde as mesmas não foram superadas, tendo sido profundamente agravadas durante a década de noventa. Chegamos então a um ponto morto, onde olhar para as potencialidades do nosso futuro como nação justa e digna torna-se um imperativo, sob pena de perdermos inclusive a originalidade cultural que fomos capazes de criar.

Utilizaremos como apoio as contribuições de Caio Prado Jr., Celso Furtado, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, José de Souza Martins, Roberto Schwarz, Milton Santos, Carlos Lessa e Tânia Bacelar para discutir os desafios do desenvolvimento brasileiro.

O Problema da Colonização Cultural

O primeiro desafio, e que condiciona todos os demais, refere-se à nossa capacidade de nos pensarmos enquanto nação de forma original e não preconceituosa. Refletir sobre a realidade social, não se alijando dela, antes procurando transformá-la por dentro. Esta atitude mental precede qualquer análise sobre os dilemas do mundo “real”.

Celso Furtado nos relata, informado por Gilberto Freyre, como no século XIX fomos colonizados por padrões de consumos, idéias e tecnologias de outras terras. O chique era falar francês, se vestir e pensar à francesa. O Brasil desconhecia o Brasil. Mas este desconhecimento não era gratuito, funcionando como forma de prolongar a desigualdade.

Esta tendência do mimetismo das elites também seria flagrada por Sérgio Buarque de Hollanda. O autor se perguntava se a confiança no poder milagroso das idéias importadas não revelaria “um segredo horror à nossa realidade”. As idéias serviriam como fachada para acomodar os privilégios das elites. Os incompatíveis – liberalismo e escravidão - saíam de mão dadas, e a ideologia aqui sequer buscava esconder. O disparate mostrava-se evidente. O problema era os “outros”, os que não se encaixavam. Invertamos o olhar e o problema passa a ser justamente as nossas elites, mas não somente.



No século XIX, após a Independência, o povo estaria à margem. Libertos, ex-escravos e homens livres pobres, a maioria deles mestiços, viviam à míngua, à sombra de favores, em busca de pequenos trocados. Preservaram-se, contudo, as raízes não-européias de nossa cultura, criadora de uma ocidentalidade própria.

Após a Revolução de 30, os intelectuais “subiriam o morro” para reencontrar o povo. Muitos iriam glorificá-lo, mal escondendo outras formas de preconceito e de dominação. Mas o Brasil passaria a ser pensado com seus próprios olhos, a partir de seus próprios problemas, utilizando os esquemas teóricos fornecidos pelas ciências sociais. Alguns veriam uma essência ou caráter nacional, enquanto outros veriam um país que faz parte da civilização ocidental e que sempre esteve vinculado ao sistema capitalista internacional, mas que dotado de caminho próprio, seria capaz de fazer as suas próprias escolhas.

Ao escrever a introdução do Censo de 1920, Oliveira Vianna antecipava este novo estado intelectual: era preciso “estudar a origem e a evolução do nosso povo”. E concluía, “se a nossa evolução coincidir com as leis gerais, tanto melhor para a ciência e para nós; se não, ficaríamos, pelo menos, conhecendo-nos a nós mesmos”. Por mais que estivesse preso à suposta objetividade positivista, e hoje seja enquadrado como um dos teóricos do pensamento político autoritário brasileiro, esta postura “curiosa” contaminaria vários autores após os anos trinta.

Gilberto Freyre, no prefácio à 1ª. edição de Casa Grande & Senzala, falaria sobre a sua dedicação ao Brasil: “era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares”. Celso Furtado menciona num de seus livros autobiográficos que a sua maior obsessão era entender a nossa diferença com os Estados Unidos: “porque eles progrediram e nós ainda lidamos com o nosso atraso”.

Da mesma maneira, Caio Prado Jr. criticaria a assimilação do marxismo no Brasil, sob o signo da abstração, procurando-se apenas posteriormente encaixar nos conceitos gerais a realidade concreta. A partir deste “empirismo das improvisações”, formaram-se “verdadeiras ficções”, completamente isoladas da realidade brasileira, a ponto de pregar a destruição dos “resquícios” feudais e a defesa de uma “revolução democrático-burguesa” nos moldes europeus.

Para o historiador paulista, fazia-se necessária uma revolução genuinamente brasileira que pudesse, a partir da análise das nossas contradições, levar a uma melhoria da organização e das condições de vida da massa trabalhadora no campo e nas cidades. Outros autores como Florestan



Fernandes e Darcy Ribeiro veriam a subordinação cultural como uma forma de manter a estrutura hierárquica de classes e as distâncias sociais.

A classe trabalhadora seria vista pelas elites como massa de manobra, como mera força bruta, não possuindo potencial criativo e nem merecendo se constituir, a partir de uma educação pública e republicana, como agente dotado de cidadania.

A modernização implicava, desta forma, importação de valores culturais ocidentais. O povo era visto como símbolo e causa do nosso atraso. O homem de nossa classe dominante surge “como um enfermo de desigualdade”, no dizer de Darcy Ribeiro.

Aqui o liberalismo, a democracia e o desenvolvimentismo muitas vezes se pervertem para se adequar aos interesses e privilégios de uma classe burguesa anti-republicana. Mas são idéias que se pervertem ou será que o caráter imutável da sociedade brasileira é que faz com que aflore esta sensação de desajuste entre as idéias e o real? Como aponta Roberto Schwarz, não seria a cópia a causa do problema, mas conseqüência de desigualdades brutais, fazendo com que as elites busquem os seus referenciais lá fora, de forma a fugir do “Brasil profundo”.

Neste caso, as idéias estão fora do lugar, alheias à nossa realidade, ou servem apenas para atenuar críticas e fazer com que pareçamos modernos, mudando na forma sem superar as nossas contradições essenciais? Elas não são inúteis nem apenas postiças, interagindo com a nova realidade de que fazem parte, depois de internalizadas, inclusive encarnando movimentos sociais e culturais em torno dos seus princípios.

Aliás, não nos esqueçamos que o próprio nacionalismo é importado. Não se trata de rejeitar a cópia e o que é estrangeiro, o que seria impossível e até mesmo fora de propósito. O nacional não chega por subtração do que é estrangeiro, como certa vez afirmou o crítico literário Roberto Schwarz. Trata-se de desenvolver o potencial nacional, dentro de um sistema internacional de poder onde a cultura e a economia possuem um papel estratégico. E não qualquer potencial nacional, pois este deve dialogar com a classe trabalhadora e os excluídos sociais, com apoio de outros segmentos sociais, podendo o Estado cumprir um papel positivo e renovador.

Mas e a globalização, não teria fechado as possibilidades a esta alternativa? Invertamos o raciocínio: se não definirmos nossas metas nacionais, jamais saberemos o nosso papel nesta nova ordem internacional.

Pensar criticamente e de forma original não significa ler apenas autores brasileiros e ver qualquer idéia não formulada aqui como estrangeira. Os direitos humanos e o combate à

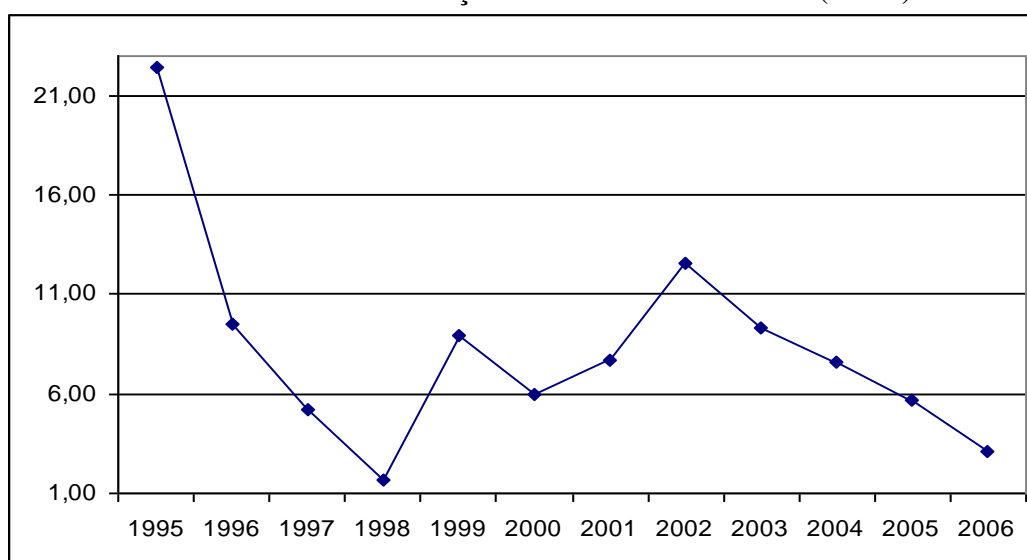


discriminação racial e de gênero, o próprio socialismo não surgiram aqui, e nem por isto devem ser vistas como idéias estrangeiras, no sentido de alheias a nossa realidade, não é mesmo? O essencial é aplicar idéias novas e velhas, nacionais e estrangeiras, que sirvam para atenuar os abismos sociais que impedem o Brasil de caminhar no sentido de uma maior autonomia no seu destino como nação.

Situação Macroeconômica

Vejam os indicadores macroeconômicos brasileiros do período recente. Eles chegam tão-somente à superfície do problema, mas nem por isso devem ser desconsiderados. O Brasil logrou estabilizar a inflação a níveis baixos, inferiores a 6%, depois de 2005. Desde 1996, a única vez que a inflação superou a cada dos 10% foi no ano de 2002, depois de uma forte desvalorização da moeda (gráfico 1). Trata-se, de fato, de um avanço, já que a inflação elevada corrói a renda dos mais pobres.

Gráfico 1 – Taxa de Inflação no Brasil de 1995 a 2006 (em %)

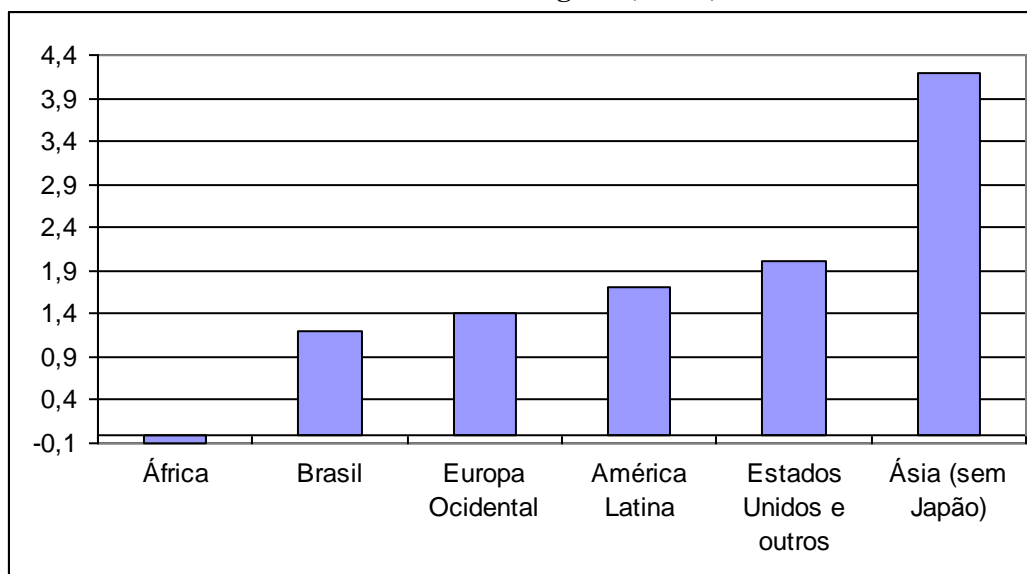


Fonte: Bacen.



Mas olhemos agora o crescimento econômico. O Brasil depois de ter sido a economia que mais cresceu entre 1930 e 1980, passou a crescer depois de então no máximo no mesmo ritmo que a média mundial. De 1990 a 2006, a taxa média de crescimento do PIB foi de 2,5% ao ano, apenas pouco à frente do crescimento populacional, de 1,4% ao ano. Aliás, durante os anos noventa, o crescimento do PIB per capita no Brasil ficou abaixo da média latino-americana e dos países desenvolvidos. “Ganhou” apenas da África, que experimentou uma queda do PIB per capita no período (gráfico 2).

**Gráfico 2 – Evolução do PIB per Capita (Média Anual) nos Anos 90
Brasil e outras Regiões (em %)**



Fonte: Cepal e IBGE.

Trata-se efetivamente de um problema. Uma nação só pode gerar empregos e incrementar o montante investido em infra-estrutura, saneamento básico e políticas sociais – geralmente realizado com o apoio do setor público - se crescer de forma dinâmica. Para tanto, a taxa de investimento deve crescer, ampliando a criação de nova capacidade produtiva. Precisamos de mais máquinas, equipamentos e infra-estrutura se quisermos produzir mais bens de consumo no futuro. Mas a taxa de investimento no Brasil situa-se abaixo dos 20%. Mas por que isto? Ora, por que a economia não cresce, o que não estimula novos investimentos. Voltamos então ao ponto de partida.



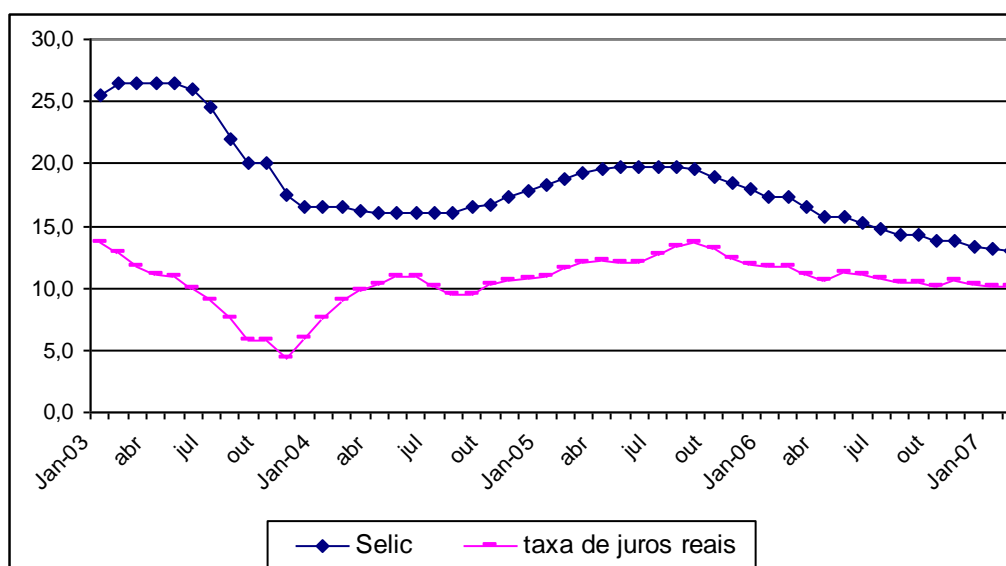
Mas por que a economia não cresce, impedindo os investimentos de se elevarem? Por que os juros mantêm-se altos e a renda dos trabalhadores não cresce de forma vigorosa. Ambos os fatores implicam um baixo volume de crédito. De fato, o país possui uma das mais baixas relações crédito do setor bancário/PIB do mundo, de apenas cerca de 30%.

Todos estes fatores econômicos estão relacionados e explicam porque o Brasil logrou a estabilidade monetária, mas ainda encontra-se distante da estabilidade econômica. Vejamos porquê.

O dilema do Brasil está nos juros altos. Eles se mantêm há tanto tempo – apesar das mudanças de forças políticas e sociais que chegam ao poder – que podemos falar que existe uma forte agremiação econômica que defende a sua manutenção. Trata-se do Partido dos Juros Altos.

Apesar de os juros serem menores na presente década quando se compara com a segunda década dos anos noventa, observa-se que eles raramente caem abaixo do número mágico de 10% em termos reais (ou seja, descontada a inflação) (gráfico 3). Aí acende a luz vermelha, pois a economia cresce e o desemprego cai. A inflação elevada foi substituída pelo medo da inflação. Na verdade, por trás deste suposto medo do retorno da inflação existe a preocupação de parte da elite financeira. Ela precisa a todo o custo travar a possibilidade de expansão e diversificação da produção com expansão do emprego e da massa salarial, pois isto reduziria a rentabilidade daqueles que vivem do ganho fácil proporcionado pelos juros altos.

Gráfico 3 – Taxa de Juros Básica e Real (Descontada a Inflação) no Brasil de 2003 a 2006 (em %)



Fonte: Bacen.



Os juros altos encarecem o crédito, impedem a elevação do consumo e elevam os gastos com o giro da dívida pública, já que esta é remunerada pelos juros. Se os juros são altos, o Estado gasta menos com estradas, postos de saúde e com a segurança pública. Por isso a economia está travada e não cresce.

Mas existe alguém contra o crescimento econômico? Não seria simples apenas reduzir os juros? Ainda que não seja simples, parece algo viável. Por que não se pensa num conjunto de ações que permitam então a redução dos juros?

Aí teríamos que nos perguntar, mais uma vez, a quem e por que interessam os juros altos? Boa parte dos bancos e dos fundos de investimento no Brasil investem em títulos da dívida pública. Uma remuneração fácil e assegurada que não precisa passar pela incerteza de comprar máquinas e produzir bens que não sabemos se serão comprados. Além disso, os bancos emprestam às famílias pobres e aos pequenos empresários endividados a taxas de juros ainda maiores do que as cobradas pelo governo. Drenam assim renda do setor produtivo e dos assalariados.

Mas lembremos que os bancos não são apenas vilões. Eles atuam frente a incentivos que são definidos pelo governo. Por sua vez, não nos esqueçamos que este imenso capital em busca de ganho fácil é hoje composto principalmente por grandes empresários nacionais e internacionais e por membros das classes médias altas, que valorizam a sua renda ao comprar ações na bolsa e títulos da dívida do governo.

Este rentismo é um dos principais males do Brasil de hoje. Impede a ampliação do crédito para o setor produtivo e para a ampla massa de consumidores e compromete parte expressiva dos recursos do Estado. O país gasta hoje um valor equivalente a 8% do PIB apenas para pagar o serviço da sua dívida.

Ninguém está sugerindo que o Brasil dê um calote na sua dívida, que hoje se situa em torno de 49% do PIB. Por outro lado, não há como negar que a redução dos juros aumentaria o investimento, o consumo e a arrecadação do Estado. Contribuiria para atacar alguns de nossos problemas sociais, elevar o nível de emprego e resolver parte da “briga” clientelista por recursos, a partir da reintrodução do conceito de planejamento.

A redução dos juros não traria inflação. Se realizada de forma programada, ela liberaria mais recursos para investimentos, permitindo a contratação de novos trabalhadores e a elevação da demanda. Mas esta demanda seria satisfeita pela oferta gerada pelos novos investimentos.



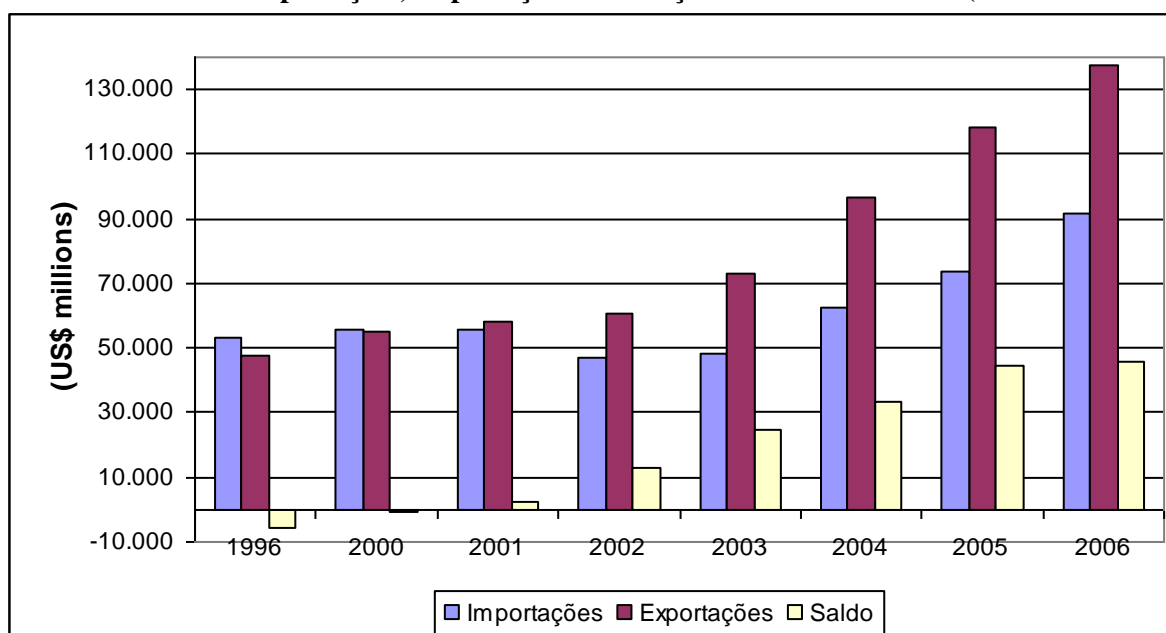
A redução dos juros traria problemas para o país, se capitais saíssem do país, levando a uma desvalorização do real. Ora, mas é justamente o contrário que vem acontecendo deste de 2004. O poder de compra do real vem se elevando. Ao subir os juros, poderíamos contribuir inclusive para resolver um outro problema, o do real valorizado.

Ainda a Vulnerabilidade Externa

Por que um real valorizado pode trazer impactos negativos para a economia? De um lado, é importante lembrar que o real valorizado tem contribuído no período recente (2004 a primeiro semestre de 2007) para manter a inflação em patamares baixos. Por outro lado, setores como têxtil/vestuário e calçados acusam queda do nível de emprego e aumento da informalidade pela inundação de produtos importados. Ao mesmo tempo, os produtos brasileiros ficam menos competitivos lá fora. O Brasil, um importante exportador de produtos manufaturados, perde espaço nos mercados externos para outros países, especialmente para a China. Reduz-se, desta forma, o potencial de aumento da produção e do emprego gerado por uma economia internacional em crescimento.

Mas o Brasil, ainda assim, não tem apresentado superávits comerciais? Analisemos os dados com cautela. Entre 1998 e 2005, as exportações brasileiras mais do que duplicaram. O país deixou de ser deficitário e passou a ser superavitário (gráfico 4). A desvalorização do câmbio, em alguma medida, contribuiu para este desempenho.

Gráfico 4 – Exportações, Importações e Balança Comercial no Brasil (em US\$ milhões)





Fonte: Secex.

De 2004 em diante, continuamos fortemente superavitários, mas graças a dois fatores. Elevação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais e exportações das multinacionais, com plantas no país, para os países latino-americanos. A se continuar o câmbio valorizado, esta situação tende a se alterar, comprometendo a nossa capacidade de exportar produtos de maior valor agregado. Exportando produtos de baixo valor agregado, ficaremos reféns das oscilações dos preços internacionais.

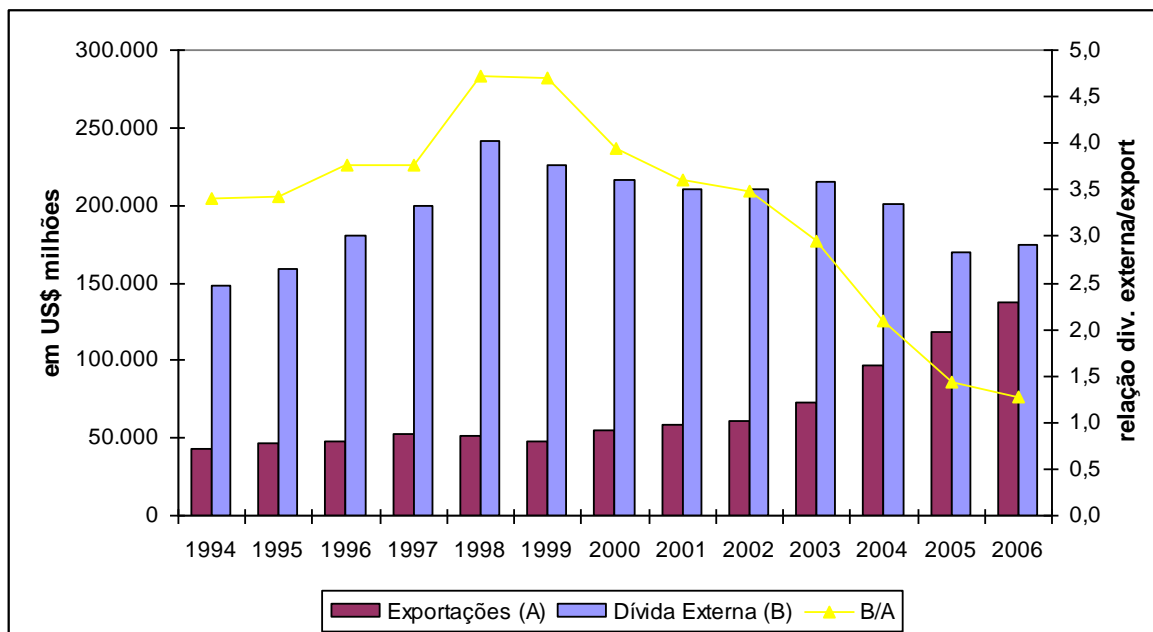
Ou seja, o real se valoriza porque entra muito dólar no Brasil por meio dos superávits comerciais, do capital financeiro (que vem por conta dos juros altos e do rendimento no mercado acionário) e também em virtude dos empréstimos internacionais para empresas brasileiras rentáveis e exportadoras.

Em síntese, esta enxurrada de dólares permitiu ao Brasil zerar a sua dívida com o FMI e reduzir bastante a relação dívida externa/exportações (gráfico 5), mas não tem trazido crescimento econômico. O mercado interno é substituído por importados mais elaborados e muitas empresas multinacionais adiam investimentos. Além disso, qualquer crise internacional – desaquecimento da China, desaceleração dos Estados Unidos, ou ainda, uma nova elevação dos preços do petróleo – pode corrigir exageradamente o câmbio, trazendo de volta riscos inflacionários.

O país, apesar de apresentar indicadores externos, bem melhores do que os verificados no pós-Plano Real – o que se deve à desvalorização do real em 1999 e 2002 e à bonança internacional pós-2003 – não tem se utilizado desta vantagem para acelerar o crescimento interno, com expansão dos setores de maior produtividade, que permitiriam maiores níveis de emprego e maiores salários.



Gráfico 5 – Exportações, Dívida Externa (em US\$ milhões) e Relação Div. Externa/Exportações (em número de vezes)

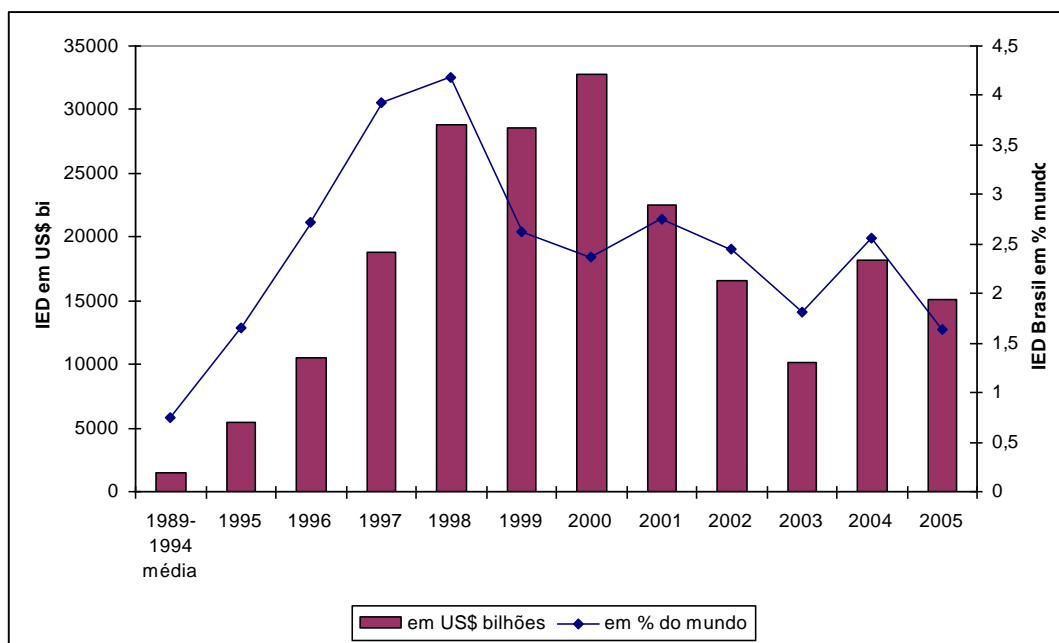


Fonte: Bacen.

Vejam agora a questão das empresas multinacionais. A análise deste tema, geralmente sujeita a debates de alto teor ideológico, deve se concentrar no papel destas empresas para o desenvolvimento nacional, trazendo consigo ou não transferência de tecnologia, elevação das exportações e maior adensamento das cadeias produtivas locais - ou seja, comprando peças e componentes fabricados no país. Lembremos ainda, que gostemos ou não, das 500 maiores empresas multinacionais, mais de 400 se encontram em atuação no país.

O problema é que durante os anos 90 os investimentos destas empresas não trouxeram aumento expressivo da capacidade produtiva. Mais de 50% destes investimentos estiveram voltados para a compra de ativos de empresas nacionais, privadas ou estatais. O pico de investimentos externos no país se deu entre 1998 e 2000, no auge das privatizações, recuando depois de então (gráfico 6). A história recente do país tende a mostrar que os investimentos externos por si só não trazem crescimento econômico. O contrário parece mais correto: quanto maior o crescimento econômico, maior o potencial do mercado interno, o que atrai novos capitais para o Brasil.

Gráfico 6 – Investimentos Externos Diretos no Brasil (em US\$ bilhões) e Participação do IED no Brasil no Mundial (em %)



Fonte: Unctad.

Hoje parece difícil fazer com que se cresça o mercado interno e as exportações sem a contribuição das empresas multinacionais – que respondem por cerca de 20% das vendas, quando se consideram as 300 maiores empresas em atuação no país. Este percentual é bastante superior, ficando entre 80% e 100% nos setores mais dinâmicos: automotivo, eletroeletrônico, telecomunicações, informática, telefonia celular, farmacêutica e química.

Contudo, o país não dispõe de uma política de desenvolvimento que faça com que estes investimentos assegurem uma maior conexão com as empresas nacionais e tragam uma maior geração de empregos e a melhoria das condições de trabalho.

A Estrutura Produtiva Brasileira

Como definir a estrutura produtiva do Brasil nos dias de hoje? O Brasil continua contando com uma economia diversificada. Depois dos anos noventa, alguns de seus segmentos se modernizaram, enquanto em outros o Brasil se transformou num importador global ou se tornou espaço livre de regras para a atuação de empresas multinacionais, já que a regulação do Estado se mostra insuficiente.

Tabela 1 – Participação de Alguns Setores de Atividade no PIB Brasileiro (em %)



	1991	1994	1998	2003
agropecuária	6,9	8,6	7,8	9,4
ind. Extrativa mineral	1,4	0,9	0,6	3,7
ind. Transformação	22,0	23,5	19,7	23,0
serv. utilidade pública	2,3	2,7	3,0	3,2
serviços	61,1	56,3	59,2	53,8

Fonte: IBGE/Contas Nacionais.

A partir da tabela 1, podem-se visualizar algumas das principais transformações da nossa estrutura produtiva no período recente.

Um primeiro elemento a ser destacado é a perda de participação da indústria de transformação ao longo dos anos noventa no total do valor gerado pelo país. Esta redução da participação esteve relacionada ao choque competitivo entre 1994 e 1998, mas voltou a uma posição razoável depois da desvalorização. Lembremos que em boa parte das economias que crescem dinamicamente, a indústria continua jogando um papel estratégico.

Ainda assim, os setores que mais ampliam a sua participação na indústria brasileira nos últimos dez anos são siderurgia, indústria do açúcar e especialmente petróleo e petroquímica. Em compensação, caiu a participação de setores como eletroeletrônicos, automotivo e farmacêutico. Trata-se de uma especialização regressiva da indústria brasileira, cada vez menos concentrada nos setores dinâmicos e intensivos em tecnologia.

Paralelamente, no mesmo período, a agricultura e a indústria extrativa mineral passaram a elevar o seu produto acima da média brasileira, que como vimos ficou aquém da média mundial. Estes setores são geralmente puxados por empresas altamente intensivas em capital – o agronegócio e as mineradoras - geradoras de poucos empregos em termos relativos, e geralmente com baixos salários, mas com uma competitividade impressionante no mercado internacional. Veremos também, mais à frente, como na ponta destas cadeias agropecuárias avançadas, encontram-se bóias-frias e trabalhadores familiares em situação de penúria.

A partir de 2004, o Brasil transformou-se na terceira maior potência agrícola mundial, perdendo apenas para os Estados Unidos e a União Européia. Os subsídios destes países, mas também do Japão, procuram barrar os produtos brasileiros justamente por causa de nossa competitividade. Não custa lembrar que hoje o Brasil é o maior exportador mundial não só de café, mas também de suco de laranja, do complexo soja, carne bovina, frango e tabaco, voltando a



assumir posições importantes em produtos como o algodão. Além disso, o país possui metade de sua terra agricultável ainda não utilizada.

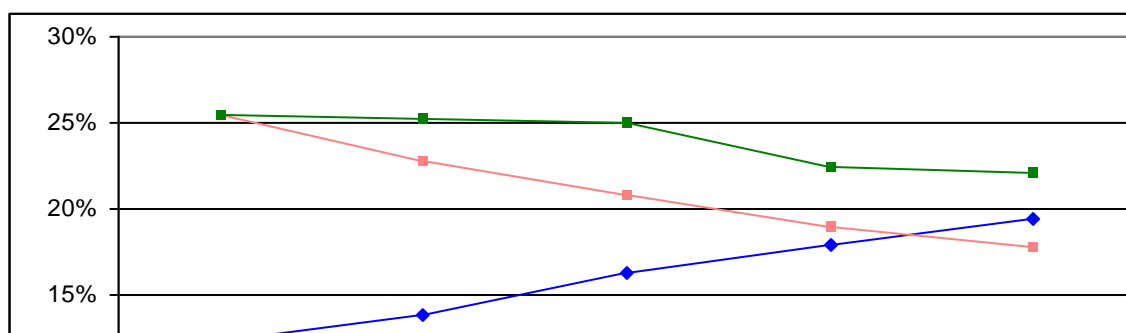
Uma outra tendência dos anos noventa é o aumento da participação no PIB dos serviços de utilidade pública – energia, telefonia, água e saneamento (incluídos no grupo indústria pelo IBGE) – muitos dos quais privatizados e dispendo de escassa regulação. O setor de serviços como um todo – descontando-se os segmentos acima - responde hoje por quase 55% do PIB brasileiro, englobando desde atividades rentáveis no setor financeiro, transporte, marketing, publicidade e consultoria empresarial, passando pela administração pública e pelos serviços sociais, até chegar a um amplo e precário setor de serviços pessoais e domésticos. Como também veremos mais adiante, também nos anos noventa, os principais geradores de emprego foram as atividades mais precárias e não tanto as novas atividades de serviços modernos, ainda que ambas tenham se expandido de forma significativa.

Apenas uma política de desenvolvimento capaz de associar o crédito do BNDES – que hoje possui mais recursos disponíveis que o Banco Mundial - com uma política industrial e agrícola, e combinar na medida do possível o agronegócio com a agricultura familiar, além de universalizar o acesso aos bens de utilidade pública e aos serviços sociais, podem ampliar o mercado interno.

Ao mesmo tempo, o Brasil pode e deve ocupar nichos crescentes no mercado internacional. Uma política externa de diversificação dos parceiros comerciais também se faz necessária, já que como veremos o Brasil é um típico “global trader”, não podendo concentrar as suas fichas num único mercado.

No caso das exportações, observa-se que o país vem de fato diversificando o destino de suas exportações. Quando se soma a América do Sul com o México, observa-se que a América Latina já respondia, em 2006, por 23% das exportações brasileiras, contra 22% no caso da União Européia e 18% para os Estados Unidos. China e África juntas já representam 12% de nossas exportações (gráfico 7). A atual política cambial, entretanto, compromete a continuidade desta estratégia.

Gráfico 7 – Participação dos Vários Destinos nas Exportações Totais Brasileiras (em %)





Fonte: Secex/MDIC.

Outra tendência recente está relacionada às empresas brasileiras multinacionais que vêm se tornando importantes investidoras internacionais. Este fato está relacionado a um conjunto de fatores: posição vantajosa destas empresas num mercado interno pouco dinâmico, altos níveis de competitividade e de domínio tecnológico, acesso a recursos naturais e aproveitamento das vantagens oferecidas pelo mercado internacional. Esta novidade não é necessariamente negativa, devendo-se assegurar que tais empresas gerem novos mercados para produtos brasileiros e contribuam para uma maior densidade da cadeia produtiva nacional nas suas operações internas, além de condições de trabalho e níveis salariais condizentes com os seus níveis de produtividade.

Uma outra característica estrutural da economia brasileira é a existência de um imenso potencial de expansão não-aproveitado. A recente expansão da economia no período 2000-2006, ainda que insuficiente, quando associada a um aumento do salário mínimo, do emprego formal e das transferências de renda, tem permitido elevar o consumo das famílias mais pobres, especialmente em regiões como o Norte e o Nordeste, elevando o consumo de bens de consumo não-duráveis e duráveis.

Em síntese, o país ainda não logrou desenvolver um modelo de desenvolvimento que tenha como uma de suas variáveis estratégicas o aumento do potencial de consumo dos mais pobres.



A concentração de renda, de um lado, permite a propagação de uma pequena elite – geralmente branca, concentrada no Sudeste e que vive dos altos salários exponenciados pela renda financeira. De outro, impede o país de ampliar tanto a sua base de consumo, como de transformar a cidadania em um conceito relacionado com as condições de trabalho e o acesso a bens sociais públicos de qualidade.

Para atacar este quadro, deve-se ter em conta a estrutura tributária que penaliza os mais pobres, além do setor financeiro que arrocha no longo prazo o potencial de consumo destes segmentos, o papel do mercado de trabalho que estabelece discriminações de sexo, raça e condição social, e do sistema educacional que expulsa estudantes a se converterem numa força de trabalho bruta e excessivamente explorada.

A Nova Cara da Exclusão Social

As reformas econômicas dos anos noventa associaram-se às nossas heranças históricas para gerar uma sociedade onde a desigualdade passou a ser cada vez mais naturalizada, enquanto o individualismo tende a corroer as possibilidades de transformação coletiva. Começamos a olhar o problema da exclusão social pela ótica do mercado de trabalho.

Durante os anos noventa, os níveis de desemprego triplicaram, passando de 3% para 10%, quando analisamos o indicador para o conjunto do país. Pela primeira na história do país, parcela importante da população economicamente ativa encontra-se à procura de emprego, não realizando nenhuma atividade remunerada. Paralelamente, a informalidade passa a atingir mais de 50% daqueles que possuem uma ocupação. Observa-se ainda que o desemprego é maior para as mulheres, negros e jovens e pessoas com primeiro e segundo grau completo, ainda que tenha crescido mais rapidamente para homens, brancos, adultos com mais de 40 anos e pessoas com curso superior.

Apesar da elevação da renda média dos ocupados nos anos iniciais do Plano Real, estes ganhos foram eliminados durante o período de 1998 a 2003. De 2004 em diante, a renda média dos trabalhadores voltou a crescer, mas partindo de patamares muito baixos. Como resultado, observa-se um aumento da produtividade não compensado pelo aumento da renda dos trabalhadores. Tal processo teria sido ainda mais traumático caso o salário mínimo não tivesse elevado o seu poder de compra desde a metade da década passada.



Ressalte-se, de qualquer maneira, que hoje cerca de 31% dos trabalhadores ocupados recebem uma renda de no máximo um salário mínimo, enquanto aqueles que recebem mais de 1 e até 2 salários mínimos representam outros 28%. Se considerarmos ainda os 11% de trabalhadores sem rendimentos (geralmente ocupados em estabelecimentos familiares no campo e nas cidades), chegamos à seguinte conta: de cada 10 trabalhadores ocupados no Brasil 7 recebem até no máximo dois salário mínimo ou não recebem uma renda monetária, ao menos diretamente.

A situação do mercado de trabalho brasileiro para o ano de 2004 pode ser descrita da seguinte maneira. Dos 84,4 milhões de trabalhadores ocupados, quase 60% encontram-se no setor de serviços, 21% na agropecuária, 14,3% na indústria de transformação e 6,3% na construção civil. Quando se considera o grau de informalidade, segundo o critério de contribuição à previdência, este situa-se ao nível de 65,3% na indústria, contra 12% na agricultura. A renda média na indústria supera a da agricultura em cerca de 3 vezes, enquanto o setor de serviços já responde pela maior renda média de todos os setores.

Tabela 2 – Emprego Total, Grau de Informalidade (em % dos Ocupados) e Renda Média (em R\$ de 2004) por Setores de Atividade – Brasil, 2004

	Emprego (N. Absolutos)	Distribuição do Emprego (em %)	Grau de Informalidade	Renda Média
agrícola	17.733.835	21,0	12	230
ind. Transformação	12.049.072	14,3	65,3	699
Construção civil	5.354.375	6,3	28,9	534
serviços	49.231.586	58,4	56,2	754
total	84.368.868	100,0	47,3	622

Fonte: Pnad/IBGE.

Entretanto, analisando com mais detalhe o setor de serviços, observa-se ser este o mais heterogêneo de todos, congregando postos de trabalho nos extremos da escala de remuneração. A partir dos dados de 2004, observa-se que os serviços de comércio e reparação, domésticos, outros serviços, alojamento e alimentação – que se destacam pelos baixos níveis de renda e elevados níveis de informalidade – representam 47% dos ocupados neste setor. Por outro lado, os trabalhadores dos serviços e administração pública representam 20% do total de ocupados. O núcleo de empregos que exigem alta qualificação e pagam altos salários neste setor não supera a casa dos 10%.

Desta forma, num momento de ajuste do nível de emprego na indústria e na agricultura, este setor recebeu tanto os trabalhadores da classe média assalariada – ex-empregados de empresas estatais e privadas, poucos dos quais se transformaram em consultores de altos salários - como parte



da classe operária que muitas vezes viu seu nível de renda e suas condições de trabalho se deteriorarem, assumindo atividades de caráter eventual ou autônomas sem qualquer estabilidade. Presenciou-se desta forma um processo de mobilidade social descendente.

Tabela 3 – Distribuição do Emprego no Setor de Serviços – Brasil, 2004

	N. Absolutos	em %
Total Setor Serviços	50.232.067	100,0
Comércio e Reparação	14.653.228	29,2
Serviços Sociais	7.409.338	14,8
Serviços Domésticos	6.472.484	12,9
Outros Serviços	4.295.174	8,6
Administração Pública	4.203.854	8,4
Alojamento e alimentação	3.023.059	6,0
Transporte	2.987.230	5,9
Serviços Técnico-Profissionais	2.625.596	5,2
Serviços Auxiliares	2.154.706	4,3
Instituições de Crédito	999.692	2,0
Serviços de Diversão, Rádio e TV	547.461	1,1
Comunicações	506.625	1,0
Serviços de Utilidade Pública	353.620	0,7

Fonte: Phad/IBGE.

No caso da indústria de transformação, três processos paralelos tiveram lugar. Um primeiro de enxugamento ou quebra de empresas que levou à demissão de cerca de 2 milhões de trabalhadores na década. Um segundo, de terceirização, na maioria das vezes associado à piora sensível dos níveis de renda e das condições de trabalho. E um terceiro, de precarização via contratação direta de trabalhadores sem carteira e até de autônomos – como no caso dos setores de confecção e calçados – para a execução das atividades produtivas.

A agricultura eliminou um contingente ainda maior de trabalhadores, reduzindo em 26% o total de ocupados no setor entre 1992 e 2002, a maioria dos quais nas atividades de natureza familiar. Dos 16 milhões de empregos existentes no ano de 2002, representando 20% dos trabalhadores ocupados do país, estima-se que 60% estão vinculados à pequena produção rural, enquanto 28% encontram-se direta ou indiretamente mente empregados pelo agronegócio, sendo



que destes trabalhadores apenas metade possuía vínculo permanente e nem todos contavam com carteira assinada.

Ressalve-se que no período recente o agronegócio vem se expandindo de forma dinâmica, gerando poucos empregos, a maioria dos quais com condições sociais e trabalhistas bastante abaixo da média brasileira, enquanto a agricultura familiar continua penalizada pelos juros elevados – apesar dos programas do governo federal, cujos empréstimos são cobrados a taxas menores - pelo baixo crescimento potencial do mercado interno e pela tendência de elevação dos preços da terra.

Tabela 4 – Distribuição dos Ocupados e do Saldo Acumulado do Emprego no Ramo Agrícola por Posição na Ocupação – 1992 e 2002

Posição na Ocupação	1992	%	2002	%	Saldo 2002-1992	%
Empregado permanente	2.917.606	15,7	2.353.825	14,6	(563.781)	23,1
Empregado temporário	2.205.951	11,9	2.073.622	12,8	(132.329)	5,4
Conta-própria	4.541.417	24,4	4.208.729	26,1	(332.688)	13,6
Empregador	585.406	3,1	430.461	2,7	(154.945)	6,3
Trabalhador não remunerado	5.123.681	27,6	3.976.055	24,6	(1.147.626)	46,9
Trabalhador na produção para o próprio consumo	3.211.416	17,3	3.097.810	19,2	(113.606)	4,6
Total	18.585.477	100,0	16.140.502	100,0	(2.444.975)	100,0

Fonte: Pnad/IBGE.

Quando analisamos os trabalhadores urbanos, a partir dos dados do Censo 2000, segundo os dados censitários, percebemos que menos de metade dos trabalhadores possuíam um vínculo no mercado de trabalho com carteira assinada, assegurando-lhes os principais direitos sociais e trabalhistas. Se somarmos os trabalhadores sem carteira assinada com os trabalhadores autônomos, estes já perfazem 17,3 milhões de pessoas no Brasil urbano, contra 15,6 milhões de trabalhadores vinculados ao setor organizado do mercado de trabalho.

Em síntese, foi o mercado de trabalho brasileiro que “pagou a conta” de um ajuste econômico caracterizado pelo baixo crescimento, pela desnacionalização do parque produtivo e pela elevada vulnerabilidade externa. O Brasil continua sendo uma economia de baixos salários, contando agora também com desemprego e informalidade generalizados, o que coloca desafios para o financiamento de políticas sociais, especialmente no caso da previdência. Hoje apenas 47% dos trabalhadores ocupados contribuem com a previdência. Este fato - além de explicar boa parte do déficit tão alardeado pelos economistas liberais - trará uma pressão para o gasto social no futuro, quando estes trabalhadores estiverem em idade de se aposentar.



Mas a forma mais perversa de exclusão social verifica-se por meio do trabalho infantil e do trabalho extremamente precário desenvolvido pelos jovens brasileiros. Mais uma vez, de acordo com os dados da Pnad/IBGE, observa-se que o Brasil possui cerca de 2,2 milhões de trabalhadores entre 5 e 14 anos. Quanto ao emprego juvenil, este se caracteriza pelos baixos salários e pelos elevados níveis de informalidade e rotatividade.

Desta forma, existem novas formas de exclusão social que atingem segmentos com inserção precária nas grandes metrópoles, os quais muitas vezes possuem níveis de escolaridade médios, vivendo num contexto de esgarçamento dos valores coletivos e rodeados pela violência urbana característica das periferias das grandes cidades brasileiras. Para José de Souza Martins, ao invés de defini-los negativamente como excluídos, seria melhor falar de uma inclusão precária num sistema que encontra formas cada vez mais perversas de valorização do capital.

A título de ilustração, 35% dos trabalhadores ocupados brasileiros possuem ao menos o secundário completo, o que tem se mostrado insuficiente para assegurar um emprego decente, antes pelo contrário.

Mesmo a recuperação do emprego formal pós-1999, se trouxe uma estabilização do desemprego e uma queda da informalidade, tem se mostrado insuficiente para superar a herança deixada pelos anos noventa. O mercado de trabalho vem melhorando na superfície, mas se depara com um imenso exército industrial de reserva – composto por trabalhadores desempregados, subutilizados ou inseridos temporariamente em atividades mal-remuneradas, mas disponíveis para o trabalho – que representa cerca de 30% da população economicamente ativa.

Agora olhemos um pouco para a pobreza e a concentração de renda. Esta dinâmica excludente do mercado de trabalho, associada a uma expansão suficiente das políticas de educação, saúde, saneamento básico, habitação e de infra-estrutura básica, opera como um fator limitador dos efeitos positivos gerados pelas políticas de transferência de renda, tanto por meio da previdência rural, dos benefícios de prestação continuada (para idosos e deficientes de baixa renda) e do Programa Bolsa Família.

Em 2004, cerca de 54 milhões de brasileiros encontravam-se em situação de pobreza, segundo definição do IPEA, totalizando 30% da população brasileira. Cerca de 2/3 da população considerada pobre situava-se nas regiões metropolitanas e nas demais áreas urbanas. Em algumas regiões metropolitanas, o nível de pobreza chega a 60% da população como no caso de Recife. Mesmo em São Paulo, este percentual situava-se em 38%.



Quanto à desigualdade de renda, o Brasil continua sendo um dos campeões mundiais neste quesito. A renda média dos 10% mais pobres é cerca de 40 vezes menor que a dos 10% mais ricos. Apesar da queda no período recente, é importante ressaltar que estamos falando de uma sutil melhora da distribuição pessoal da renda entre aqueles que vivem de trabalho. Os mais pobres – ainda que afetados por várias formas de exclusão social – têm tido a sua renda incrementada pela valorização do salário mínimo, pela baixa inflação e pelas políticas de concentração de renda. Enquanto isso, os 10% mais ricos que vivem do trabalho – ou seja, a classe média - vê seus rendimentos decaírem pela incapacidade do país em gerar empregos mais qualificados e de se posicionar de forma competitiva nos setores mais intensivos em tecnologia.

Por outro lado, quando se analisa a distribuição funcional da renda, a divisão entre lucros e salários, os últimos têm perdido espaço na renda nacional, aumentando os lucros das grandes empresas internacionalizadas e do capital financeiro, que se aproveita do aumento constante da carga tributária.

O Brasil está, portanto, ainda bastante distante de inaugurar um modelo de desenvolvimento, que aproveite o potencial do mercado interno, promova uma inserção externa mais qualificada, e possa aumentar – junto com o crescimento econômico e dos níveis de produtividade – o nível de salários e o volume de gasto social. Por enquanto, a exclusão social se expande sob várias formas, permitindo inclusive novas formas de discriminação racial e de gênero.

Os Vários Brasis

Até o século XIX, o Brasil pode ser encarado como um arquipélago de regiões com escassa conexão em termos econômicos. Apenas com a industrialização, já no século XX, é que a questão regional passa a fazer parte da agenda nacional. Criara-se então um mercado interno integrado que tendia a ampliar as desigualdades de renda entre o Sudeste dinâmico e o Nordeste atrasado. Era ao menos assim que se via a questão regional brasileiro nos anos cinquenta.

Celso Furtado deu uma contribuição relevante para se entender os mecanismos pelos quais esta desigualdade se reproduzia. A criação da Sudene, em 1959, surgiu desta reflexão. Entretanto, tal instituição seria desvirtuada pelos militares, que drenaram recursos fiscais aproveitados por empresas de outras regiões, que se expandiram pelo Nordeste e Norte do Brasil. A mudança da capital para Brasília permitiu com que o capitalismo brasileiro adentrasse regiões até então inóspitas ou apenas parcialmente integradas ao seu movimento.

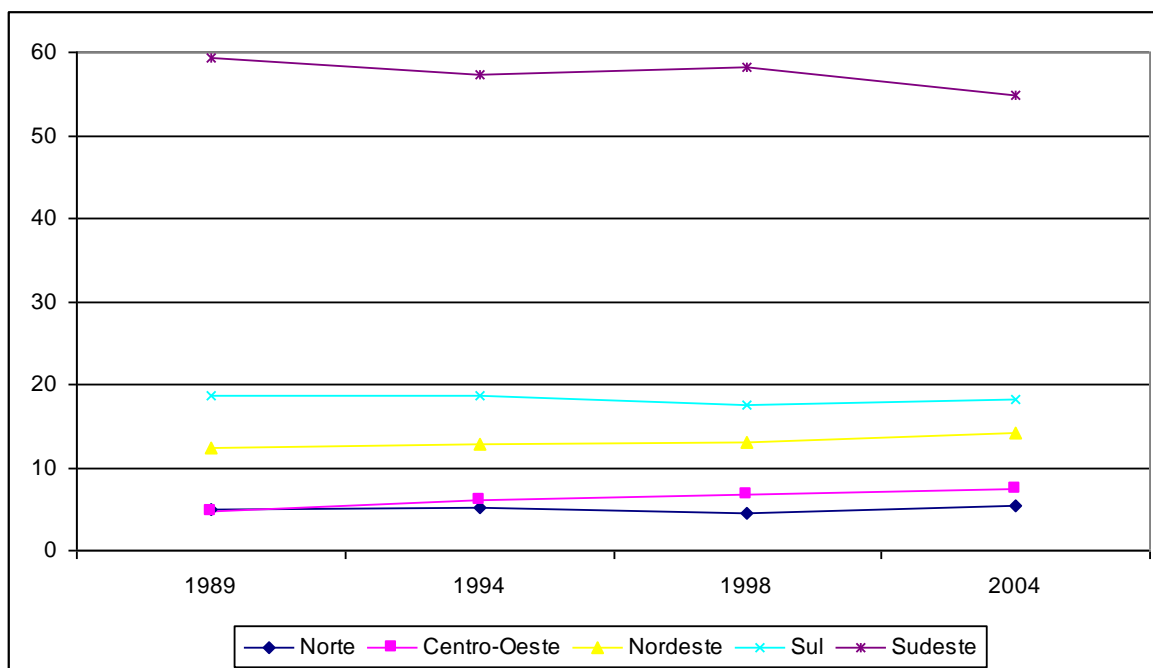


A verdade é que, a partir dos anos setenta, o Nordeste integra-se ao movimento da economia brasileira, industrializando-se parcialmente, nos segmentos que satisfaziam a demanda do Sudeste, mas acirrando-se o quadro de desigualdade. O moderno e o arcaico reproduziam-se no Nordeste, mas também de forma ampliada no conjunto do Brasil, já que as migrações populacionais contribuíam para conter os salários no centro dinâmico. A cidade de São Paulo acabou por se tornar uma metrópole hiper-moderna, rodeada por um mar de exclusão social na sua periferia. A tal ponto, que Furtado quando volta do exílio, nos anos oitenta, profere a seguinte frase: “o Nordeste é o espelho onde a imagem do Brasil se reflete com brutal nitidez”.

Com a abertura dos anos noventa, os elos de integração entre as regiões se enfraquecem, perdendo vigor o mercado interno. Os vários estados da federação procuram de forma desesperada, por meio de renúncias fiscais, atrair para os seus territórios empresas multinacionais, e se aproveitar das possíveis vantagens abertas por uma maior integração internacional. Neste contexto, a questão regional torna-se mais complexa. Na verdade, passam a existir várias questões regionais no país, conforme ressalta Tânia Bacelar. Cada uma das grandes regiões e dos estados da federação passa a contar com pedaços competitivos – por exemplo, a fruticultura nordestina – enquanto novas regiões de desestruturação produtiva e social também se consolidam – como no caso do pólo têxtil da cidade de Americana.

A nação se fragmenta em termos econômicos e sociais, ainda que alguns pólos produtivos possam se afirmar como zonas privilegiadas em termos econômicos e sociais. Pode-se inclusive afirmar que a abertura econômica dos anos noventa, junto com a redução do papel do Estado, impediu uma verdadeira desconcentração da renda nacional, já que as zonas mais dinâmicas e com maior infra-estrutura continuaram recebendo as atividades de maior produtividade e concentrando os empregos mais qualificados e de maiores salários.

Gráfico 8 – Evolução da Participação das Grandes Regiões no PIB do Brasil – 1989 a 2004



Fonte: IBGE/Contas Regionais.

Se é verdade que a região Sudeste perdeu participação no PIB nacional (gráfico 8), isto se deve ao fato de que aí estava concentrada a indústria mais avançada e diversificada, sofrendo, portanto, mais com a abertura e a estagnação econômica. Mas ressalte-se ainda que a suave perda de participação desta região, apenas se deu no período pós-1999, quando a expansão do agronegócio e das atividades de mineração contribuíram para elevar a participação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste na renda nacional. Por outro lado, é importante deixar claro que estas atividades são pouco geradoras de emprego e altamente concentradoras de renda. Lembremos finalmente que as regiões Sudeste e Sul continuam concentrando $\frac{3}{4}$ da renda nacional.

Conforme a tabela 5 abaixo, em termos de renda per capita, observa-se que o Nordeste encontra-se a um nível 50% inferior à média brasileira, enquanto o Sudeste coloca-se num patamar 30% superior à média nacional. Se compararmos os estados de Maranhão e São Paulo, o primeiro possui uma renda per capita equivalente a apenas 20% da observada no segundo.

Tabela 5 – Renda Per Capita e Número Índice – Brasil e Grandes Regiões, 2004



	Renda Per Capita (em R\$)	Número Índice (Brasil=100)
Nordeste	4.927	50,6
Norte	6.500	66,8
Brasil	9.729	100,0
Centro-Oeste	10.394	106,8
Sul	12.081	124,2
Sudeste	12.540	128,9

Fonte: IBGE/Contas Regionais.

Estas diferenças expressam-se sobretudo em termos de mercado de trabalho. O Norte e o Nordeste possuem maiores taxas de informalidade e uma concentração dos trabalhadores nos estratos de baixos salários. As regiões metropolitanas destas regiões possuem elevadas taxas de desemprego e pobreza. Por outro lado, Rio de Janeiro e São Paulo transformaram-se recentemente em núcleos de expansão da pobreza e da precariedade, em virtude da adoção de um modelo econômico excludente.

Tudo isto indica que qualquer tentativa de se pensar um novo projeto de desenvolvimento, que enfrente a exclusão social e possa se mostrar dinâmico em termos de expansão econômica e de diversificação produtiva, deve levar em consideração um planejamento estatal, onde a questão regional deve jogar um papel estratégico.

A Privatização do Estado e da Sociedade e a Ausência de um Projeto Nacional

Se os problemas de fragilidade econômica, vulnerabilidade externa, insuficiente desenvolvimento produtivo e tecnológico, extrema desigualdade de renda, inclusive entre as regiões, gerando uma massa populacional expressiva em condições de exclusão social não é uma novidade no Brasil, este quadro foi agravado durante os anos noventa, como vimos anteriormente. Mas não se trata apenas de uma questão de grau, já que alguns problemas se apresentam sob novas facetas.



O Brasil, durante os anos noventa, presenciou uma modernização produtiva seletiva, que ampliou a heterogeneidade tecnológica. Se os indicadores externos parecem ter melhorado no início do século XXI, o Brasil não conseguiu se tornar um produtor e exportador de bens de alto valor agregado. A economia cresce e se mantém estável apenas quando conta com o apoio da conjuntura internacional.

Em termos sociais, surgiu uma massa de desempregados e a informalidade se tornou a regra. A pobreza reduziu-se em alguma medida, pela queda da inflação e o aumento das transferências de renda, mas novas formas de exclusão social apareceram. A estabilidade da desigualdade nos indicadores disponíveis oculta um processo de financeirização onde aqueles que aplicam no mercado financeiro aumentam a sua renda, enquanto a renda disponível dos pobres decresce em virtude dos elevados níveis de endividamento. Mesmo a recuperação do emprego formal, no período recente, tem se mostrado incapaz de reduzir o desemprego de forma substancial, tal o excedente de força de trabalho existente no país.

Mas os anos noventa também trouxeram mudanças políticas não menos importantes. De um lado, as instituições políticas mostraram-se mais sólidas. O país já chega a 18 anos depois de sua primeira eleição direta para presidente com funcionamento regular dos três poderes. As eleições transformaram-se num fato cotidiano, enquanto representantes de todos os segmentos da sociedade civil assumem cargos no Legislativo e no Executivo. O Judiciário atua de forma independente, enquanto a mídia acompanha minuciosamente os atos dos representantes dos poderes públicos.

Ainda assim, seria bastante prematuro afirmar que o Brasil possui uma democracia consolidada. Os males de nossa formação histórica – relacionados à confusão entre o público e o privado – assumiram uma dimensão fantástica. Por todos os lados, e não apenas nos escândalos acompanhados durante os governos Collor, FHC e Lula, observa-se uma privatização sistêmica do Estado.

Ou seja, mais importante que o processo de privatização das empresas estatais, que vendeu US\$ 100 bilhões em ativos durante os anos noventa, a gestão pública passou a se pautar por critérios privados. As agências reguladoras muitas vezes preocuparam-se mais em assegurar tarifas rentáveis para as novas empresas privadas – de telefonia e energia elétrica, por exemplo - do que estabelecer condições mínimas de concorrência e critérios para a universalização dos serviços.

Paralelamente, houve uma estigmatização ideológica dos funcionários públicos e da atuação do Estado em geral, considerado necessariamente ineficiente e corrupto. Interessante seria



sugerir o contrário: a privatização do Estado, sem controle, talvez tenha potencializado novas formas de corrupção. Neste sentido, muitas das agências reguladoras cumpriram o papel oposto que se esperava delas. Funcionaram como intermediadoras dos interesses privados.

Mais grave ainda, houve um ataque contra instituições públicas e valores coletivos. A legislação trabalhista passou a ser a culpada pelo desemprego e o aposentados pelo INSS os responsáveis pelo déficit fiscal, e conseqüentemente, pelos juros altos. Termos como empreendedorismo, *marketing* pessoal e empregabilidade tenderam a jogar o ônus do ajuste econômico sob a ineficiência dos indivíduos.

Instaurou-se assim o um “salve-se quem puder”, culpando os trabalhadores e os empresários como preguiçosos e ineficientes. O sistema econômico teria se modernizado, ao contrário da sociedade. O problema seria de cultura – burocrática, estatista e conformista – assumindo-se as novas tendências (desemprego e informalidade) como custos inevitáveis da “globalização”, encarada não como um processo histórico e passível de intervenção, mas como uma nova condição que afeta todos os países indistintamente.

A legislação trabalhista, o sistema previdenciário, os sindicatos e os partidos, o Estado Nacional, as políticas sociais em geral passaram a ser vistas como entraves. O individualismo sobrepôs-se aos valores de solidariedade e de transformação social. O microempresário, o consultor privado e o trabalhador informal tornaram-se heróis que apenas não trouxeram a modernidade pela intervenção de instituições ditas arcaicas. Privatizou-se inclusive a utopia. O vencedor passou a ser quem enriquece com o menor custo, não aqueles que desenvolvem ações coletivas. Investir no “social” passou a ser lucrativo. E a filantropia das empresas e da classe média favorecida pretendeu mostrar a insuficiência e a limitação de qualquer ação pública.

Para além do conservadorismo da política econômica, um conservadorismo cotidiano passou a considerar qualquer iniciativa, para além do espaço privado, como utópica e ineficiente. Enquanto isso, surgiu uma nova elite de empresários, de consultores e assalariados de altos salários que vivem do Estado - seja pelos juros vantajosos, seja pelas obras públicas e pela conexão com as oligarquias políticas e regionais – ou então pelas novas opções criadas pela abertura econômica. O *self-made man* do Brasil atual guarda pouca relação com indivíduo empreendedor do discurso liberal. Banqueiros sem capital, empresas favorecidas pela privatização e sindicalistas com conexões financeiras revelam as limitações da ordem democrática brasileira, o que é ainda mais agravado pela ausência ou insuficiência do Estado em relação aos grupos mais vulneráveis



socialmente. O liberalismo vale para os de baixo, enquanto os de cima são financiados pela proteção estatal.

Por trás deste esgarçamento dos valores coletivos, encontra-se a mais completa ausência de um projeto nacional. O poder Executivo vive de acordos de pouca envergadura com segmentos do Legislativo. Todas as forças políticas – em termos ideológicos e regionais – devem ser contempladas. Os investimentos públicos raramente contam com planejamento, dependendo de negociações localizadas com grupos oligárquicos. Daí a impressão de que os partidos todos se parecem quando chegam ao poder.

Finalmente, boa parte da mídia passa a assumir uma posição interessada no esquema financeiro-econômico predominante, passando a imagem de que todos os políticos “são iguais”. Contribui para se difundir a opinião de que não há alternativas.

Estes impasses políticos tornam mais difícil a superação de um cenário de semi-estagnação econômica, enquanto a classe média encolhe e a classe operária se torna cada mais segmentada e dividida entre um núcleo cada vez menor respaldado pelos sindicatos e um amplo segmento de informais e terceirizados que lutam pela sobrevivência, sem qualquer respaldo institucional.

Considerações Finais

Este texto procurou elencar os principais problemas que impedem o país de prosseguir a sua trajetória de construção de uma nação. Para tanto, esta deve ser capaz de se pensar de forma independente e soberana, a partir de seus principais problemas, podendo se aproveitar de experiências e teorias formuladas em outros contextos, desde que adaptadas à nossa realidade. A primeira tarefa, e que precede a todas as outras, é a de romper com a tradição de colonização cultural.

Em termos macroeconômicos, o principal desafio é incorporar a massa de trabalhadores subaproveitados de forma digna, a partir do trabalho e do acesso a políticas sociais. A vitalização do mercado interno é condição necessária para tanto, sem descuidar da possibilidade de o país ocupar novos nichos no mercado internacional, inclusive nos setores de vanguarda tecnológica. Investimento em pesquisa e educação, políticas industriais e agrícolas, de desenvolvimento regional e reforma agrária cumprem um papel estratégico. Romper as coordenadas estreitas – juros altos e



câmbio valorizado – da política econômica atual também contribui, pois permite destravar energias produtivas e sociais hoje congeladas.

A superação da vulnerabilidade externa é outra tarefa impostergável. Trata-se aqui de ir além da miragem dos indicadores econômicos, conformando-se o país numa economia que incrementa a produtividade, os níveis de renda e emprego, utilizando-se dos investimentos externos e do comércio em benefício próprio.

Estes fatores funcionam como pré-condição para a superação da exclusão social e da desigualdade, hoje naturalizadas. Por sua vez, a melhoria das condições de trabalho e do acesso às políticas sociais é estratégica para a conformação de uma sociedade mais justa. Importa lembrar ainda que estas políticas só adquirem sentido se o país lograr uma desconcentração econômica de fato, permitindo a valorização das regiões até hoje excluídas dos ganhos do desenvolvimento.

Todos estes desafios exigem que se recoloca a necessidade de um projeto nacional, para o que a recuperação do investimento e da regulação pública se mostra fundamental. Indivíduos empreendedores e empresas competitivas apenas não fazem uma nação. Movimentos sociais, partidos políticos, uma elite intelectual, um Estado Nacional e um empresariado comprometido com o país devem fazer parte desta empreitada coletiva.

Os socialistas brasileiros de hoje – num momento em que o socialismo sofre profundas críticas e que o capitalismo avança de forma vigorosa, porém excludente – devem, na sua ação, partir das contradições expressas pelo sistema em escala nacional, sem deixar de estabelecer relações com os grupos progressistas de outros países e de intervir nas organizações internacionais que chancelam a nossa posição independente.

O desafio que temos pela frente é o de estabelecer as condições para uma sociedade mais justa e soberana. Analisar o real para transformá-lo, num sentido que contribua para o aumento do poder econômico, social e político da massa trabalhadora.



Bibliografia Geral

- BACELAR, Tânia (2006). Revisitando a Questão Regional, in: Cadernos do Desenvolvimento, no. 1, Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro.
- FERNANDES, Florestan (1987). A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 3ª. Edição.
- FREYRE, Gilberto (1973). Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1973, 16ª. Edição.
- FURTADO, Celso (1984). Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FURTADO, Celso (1989). A Fantasia Desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª. edição.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque (1973). Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 7ª. Edição.
- LESSA, Carlos (2005). A Civilização Brasileira como Sonho, in: Economia Brasileira: Perspectivas do Desenvolvimento. São Paulo: Centro Acadêmico Visconde de Cairu FEA-USP.
- MARTINS, José de Souza (2002). A Sociedade Vista do Abismo: Novos Estudos sobre Exclusão, Pobreza e Classes Sociais, Petrópolis: Vozes.
- POCHMANN, Marcio et. al. (2007). Atlas da Estratificação Social no Brasil, volume 2. São Paulo: Cortez.
- PRADO Jr. Caio (1966). A Revolução Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense.
- RIBEIRO, Darcy (1995). O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil, São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTOS, Milton (2005). A Urbanização Brasileira, São Paulo: Edusp, 5ª. Edição.
- SCHWARZ, Roberto (1989). Que Horas São?: Ensaios. São Paulo: Editora Companhia das Letras.
- VIANNA, Oliveira (1956). Evolução do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 4ª. Edição.